

**PIMENTEIRAS:
OS SABERES NA IDENTIDADE DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBOLA**

Antonia Edylane Salomão Santos¹

RESUMO

Este artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida para uma Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA-UFPA) que tem como tema "Os Estudos Terminológicos das Plantas Medicinais da Comunidade Remanescente de Quilombola de Pimenteiras-PA". Propomos indagar sobre a valorização e preservação da identidade cultural dos moradores da comunidade de Pimenteiras em Santa Luzia do Pará, por meio da obtenção do direito à terra quilombola. Assim, fez-se premente um levantamento sobre os costumes dos moradores da comunidade em questão a fim de conhecer melhor sua cultura, diversidade na natureza e seus anseios de obter a titularidade da terra, no intuito de preservação da cultura e saberes da comunidade quilombola.

Palavras-chave: Direito à Terra. Saberes Medicinais. Pimenteiras. Identidade Cultural.

ABSTRACT

This article is part of a research developed for a Master's Dissertation in the Program of Post-Graduation in Languages Aware in the Amazon (PPLSA-UFPA) that has as its theme "The Terminological Studies of Medicinal Plants of the Quilombola de Pimenteiras-PA ". It is proposed to inquire about the valorization and preservation of the cultural identity of the residents of the community of Pimenteiras in Santa Luzia do Pará, by obtaining the right to quilombola land. Thus, a survey was made on the customs of the residents of the community in question in order to better understand their culture, diversity in nature and their desire to obtain land ownership, in order to preserve the culture and knowledge of the quilombola community.

Keywords: Right to Earth. Medicinal Knowledge. Peppers. Cultural Identity.

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros focos de resistência dos africanos contra a escravidão colonial, os estudos sobre os negros constitui assunto proeminente, sobretudo na constituição de comunidades afrodescendentes mais conhecidas como Quilombos. Compreende-se que Quilombo é o nome dado no Brasil aos locais de refúgio dos escravos fugidos dos engenhos e fazendas durante o período colonial e imperial. Nesses locais, os escravos passavam a viver em liberdade, criando novas relações sociais. Muitos quilombos existiram no Brasil e

¹Mestre em Linguagem e Saberes da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Arte-Educação pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão. Especialista em Ensino Aprendizagem de Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Federal do Pará. Graduada em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará. Email: dilamil@yahoo.com.br

centenas deles ainda existem, formando o que hoje é conceituado como comunidades remanescentes de quilombolas.

Pesquisas da Fundação Cultural Palmares² apontam que o maior número de agregações quilombolas encontram-se nas regiões do Pará e Maranhão, chegando a cerca de 100 comunidades existentes nessas áreas. No que diz respeito aos afrodescendentes³, a comunidade de Pimenteiras⁴ é uma das muitas comunidades no Estado do Pará que são constituídas por famílias remanescentes de quilombolas, os moradores da região chegaram há muito tempo da comunidade de Narcisa localizada na região de Capitão Poço-PA.

Sabe-se que não há comunidades em isolamento total, há sempre uma relação contínua entre os sujeitos e com o meio em que vivem, no caso da comunidade de Pimenteiras isso não é diferente, próximo à região existem outras comunidades que também vivenciam a carência de recursos que possam beneficiar a vida dos moradores no campo.

O negro em seu contexto histórico mostrou-se indivíduo atuante, isto se faz presente nos estudos de Salles (1988) que expõem

Encontraram o negro solidário com o índio nas vicissitudes sociais. Não importa se *negro autêntico* ou se *índio autêntico*. O passaporte da autenticidade, naquele contexto, já havia perdido toda ou quase toda importância. Ambos despojados dos seus padrões culturais, quebrados definitivamente, amalgamados numa nova cultura, resultante da fusão de três componentes étnicos. O processo de desenvolvimento dessa cultura. Visto superficialmente, é pouco acelerado. Visto, porém, em profundidade mostra-se extremamente ativo. Sobretudo no que diz respeito às convergências culturais (SALLES, 1988, p. 67).

Concebendo por este ângulo a figura do negro, observamos que em suas origens carregam as marcas de um povo que lutou e alcançou sua liberdade em muitos aspectos, contudo muito ainda é necessário alcançar e a titularidade das terras é uma batalha que muitas comunidades quilombolas procuram obter. Assim, analisemos os estudos de Vicente Salles e

² A Fundação Cultural Palmares é uma entidade pública brasileira vinculada ao Ministério da Cultura. A entidade teve seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 418, de 10 de janeiro 1992, e tem como missão os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, além de fomentar o direito de acesso à cultura e à indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras. No artigo 1º, da Lei institui que se promova a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Preocupada com a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana, a Palmares formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País. Foi o primeiro órgão federal criado para promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra. Pesquisa feita no dia 10/01/2015 às 11:55h no site: <http://www.palmares.gov.br/>

³ Afrodescendente é aquele que é ou que descende de família ou indivíduo vindo do negro africano.

⁴ O termo Pimenteira no singular refere-se a Terra em que vivem os moradores remanescentes de Quilombo. Pimenteiras no plural a palavra refere-se à comunidade. Tabela sobre a comunidade disponível em: <<http://www.episp.org.br/terras/asp/ficha_territorio.aspx?terra=i&TerraID=2501>>.

Ilka Boaventura Leite sobre a significação do termo “remanescente” e os aspectos que norteiam sua história, conquistas e influências do negro no Pará e na comunidade remanescente de quilombola de Pimenteiras em Santa Luzia do Pará.

2. REMANESCENTES: O QUE RESTOU?

No que diz respeito ao significado do termo “remanescente”, a autora Ilka Boaventura Leite (2000) nos apresenta o seguinte contexto.

A expressão “remanescente das comunidades de quilombos”, que emerge na Assembléia Constituinte de 1988, é tributária não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta anti-racista. O quilombo é trazido novamente ao debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, alude a uma “dívida” que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão, não exclusivamente para falar em propriedade fundiária (LEITE, 2000, p. 09).

A expressão “remanescente” surge em uma época em que a nação brasileira teria certo dever para com os afrodescendentes pela grande escravidão e sofrimento vivido no período da abolição; apesar disso, segundo os estudos de Leite (1996, p.341) o termo remete também a algo em extinção, que está em processo de desaparecimento, devido a isto a expressão não correspondia à autodenominação destes mesmos grupos e por se tratar de uma identidade ainda a ser politicamente construída, suscitou tantos questionamentos. É nesse impasse da significação e nomeação dos remanescentes de quilombolas que Associação Brasileira de Antropologia⁵ (ABA) convocada pelo Ministério Público, reuniu-se em outubro de 1994 ao Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais e elaborou um conceito de “remanescente de quilombo”, ficando assim decidido.

(...) “contemporaneamente, portanto, o termo não se referia a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica”. Tratava-se de desfazer a idéia de isolamento e de população homogênea ou como decorrente de processos insurrecionais. O documento posicionava-se criticamente em relação a uma visão estática do quilombo, evidenciando seu aspecto contemporâneo, organizacional, relacional e dinâmico, bem como a variabilidade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do quilombo na atualidade. Ou seja, mais do que uma realidade inequívoca, o quilombo deveria ser pensado como um conceito que abarca uma experiência historicamente situada na formação social brasileira (LEITE, 2000, p. 341-342).

⁵A Associação Brasileira de Antropologia é a mais antiga das associações científicas existentes no país na área das ciências sociais, ocupando hoje um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos. Disponível em: <<<http://www.portal.abant.org.br/index.php/institucional/features>>>. Acesso em 11/01/2015 às 23h45min.

No que diz respeito aos direitos sobre a titularidade da terra, o Brasil, em comparação com outros países que claramente obtiveram conquistas políticas e territoriais, seria o único país que não resolveu formalmente a questão dos direitos territoriais das suas comunidades negras tradicionais. O direito à terra que as comunidades quilombolas atribuem si é vital, pois a concepção da terra enquanto território socialmente ocupado é a chave para a história de vida desse grupo racial. Com isso, Chagas (2001) informa que a aplicação do direito constitucional é também através da titulação dessas áreas.

(...) para estar em consonância com a viabilização de um padrão de existência que seja compatível e que assegure a vida nos seus próprios termos, significaria menos quantificar ou traçar meramente um espaço físico esvaziado de seu sentido social, e mais justamente recuperar a idéia de que estes espaços sociais estão qualificados e atravessados por redes de relações que, postas em curso, garantem a própria permanência do grupo neste território (CHAGAS, 2001, p. 228).

No trecho citado a autora o autor demonstra preocupação no que se refere aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que vêm sofrendo com o processo de reconhecimento dos direitos assegurados constitucionalmente, e se faz necessário um diálogo com as práticas culturais de cada grupo envolvido, auxiliando as comunidades no autoreconhecimento das populações remanescentes de quilombolas. É a busca pelo direito à terra, direito à vida no campo de um grupo étnico racial que por anos foi explorado e deixado à margem da vida em sociedade.

Na trajetória das pesquisas feitas na comunidade de Pimenteiras, o contato com os moradores da região levantou muitos questionamentos sobre o entendimento e significação do termo “quilombola”, os mais velhos preservam na memória recordações de um período em que seus antepassados viveram e sofreram os açoites do chicote da escravidão; hoje, os mais novos vivem o choque da aceitação ou não da descendência.

O termo “aceitação” de suas origens é tomado pela conformidade do momento, que por ocasião para conseguirem direitos reservados aos negros, direito a cotas nas universidades, a descendência quilombola é tomada como baluarte, entretanto nos momentos em que a exclusão, discriminação e rejeição tornam-se maiores nos espaços sociais, os mais jovens não se veem e não se aceitam como afrodescendentes. No estudo desse contexto de aceitação das origens, observou-se que os moradores da comunidade pesquisada, o sentimento que se faz presente nos jovens é o fato de que “ser homem negro” significa “serem excluídos e discriminados” pelos colegas da escola, muitos relataram situações de desrespeito e preconceito não apenas pela coloração da pele, mas pelo significado histórico que o termo

“quilombola” possui. A respeito da discriminação racial sobre os quilombolas Leite (2000) comenta que

O ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada (LEITE, 2000, p. 349).

É importante frisar que na atualidade a dimensão de luta dos homens negros pela liberdade foi muito importante para que a cultura afrodescendente se desenvolvesse com maior fruição. Na Amazônia, a presença do negro é assunto desprezado, em termos da importância insignificante que teria essa mesma presença, segundo Salles (1988) a mão-de-obra fácil era abundante e era a única que poderia mobilizar com sucesso imediato a mão-de-obra dos índios⁶.

Nos estudos sobre a Amazônia, Salles (1988) revela que a substituição do índio pelo negro na lavoura não foi tão necessária na região como no restante do Brasil; a presença insistente do índio em muitos trabalhos com a terra deu ao negro a possibilidade de influir profundamente na civilização brasileira, criando um tipo de economia em que o indígena teve grande participação (CHAMBOULEYRON, 2006). No entanto, os escritos do autor não abandonam a significação do negro na Amazônia, na qual durante o regime da escravidão, o negro deixou sua personalidade, sua etnia e sua cultura na constituição da economia agrária.

Diante disso, discorrer sobre os quilombolas no cenário político atual é conversar sobre luta política e sobre uma reflexão científica em processo de construção. Hoje, cerca de três mil comunidades quilombolas⁷ vivem, não apenas na Amazônia, mas em todo o território

⁶Em tempos do descobrimento do Brasil a necessidade de braços para cortar e transportar o pau-brasil para o litoral fez com que os portugueses impusessem aos índios o trabalho compulsório. Em meados de 1550, a decisão de incrementar o tráfico da África para o Brasil tornou a escravidão do negro mais interessante e econômica para a Coroa Portuguesa. Apesar de ter sido tão forte e cruel a escravidão do negro africano, a escravidão do índio teve pouco conhecimento e historicamente ficou em segundo lugar. Disponível em: <<<http://www.klickeducacao.com.br/conteudo/pagina/0,6313,POR-1245-9282-,00.html>>>. Acesso em 10/02/2015 às 10:01.

⁷Até hoje não há certeza sobre o número de comunidades quilombolas existentes no Brasil, mas estima-se que há, pelo menos, três mil em todo o território nacional, localizadas principalmente nos estados do Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Tocantins e outros. Os estados brasileiros que possuem a maior quantidade de comunidades quilombolas são a Bahia, o Maranhão, Minas Gerais e o Pará. Segundo dados oficiais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgãos responsáveis pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas, existem atualmente mais de setecentas comunidades oficialmente registradas pela Fundação Palmares, do Ministério da Cultura e mais de duzentos processos de regularização fundiária em andamento, envolvendo mais de trezentas comunidades espalhadas por 24 estados brasileiros. Retirado do texto de GASPARI,

nacional, no entanto muitas terras não possuem ainda o reconhecimento devido. No estado do Pará, segundo dados pesquisados são reconhecidas 240⁸ comunidades remanescentes de Quilombo. As conquistas para alcançar o direito pela titulação de terra de quilombo vêm do cumprimento do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal⁹, que no texto constitucional expõe a seguinte redação: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”.

Com a instituição deste, Leopoldo e Morais (2005) explanam em seu artigo sobre territorialidade que muitas lutas e manifestações políticas têm apoiado ou desprovido às comunidades quilombolas do seu direito à terra; os pesquisadores ressaltam que “Os critérios adotados para o reconhecimento das comunidades quilombolas têm sido alvo de constantes críticas entre esses diferentes atores.”. Embora pareça pertinente equiparar-se a questão do direito às terras de quilombos com as terras indígenas, ambas são semelhantes apenas quanto aos desafios e embates já visíveis, na questão da identificação e na definição dos sujeitos de direito.

Depois do embate teórico apresentado sobre os remanescentes de quilombolas e seus devidos direitos sobre a terra, percorramos, na sequência, alguns dos diversos motivos pelos quais se faz necessária a preservação e concessão de direitos que uma comunidade remanescente de quilombola possui, indiscutivelmente pela importância de preservar a identidade cultural e de saberes que esse grupo étnico possui.

3. A COMUNIDADE DE PIMENTEIRAS

No diagrama da fronteira étnico-cultural, o Brasil esteve sempre marcado pela preservação do território invadido e ocupado por inúmeros conflitos de terra que remontam aos dias atuais.¹⁰ Não muito distante de uma realidade de lutas pelos direitos, os moradores remanescentes de quilombolas da comunidade de Pimenteiras lutam há muito tempo pelo

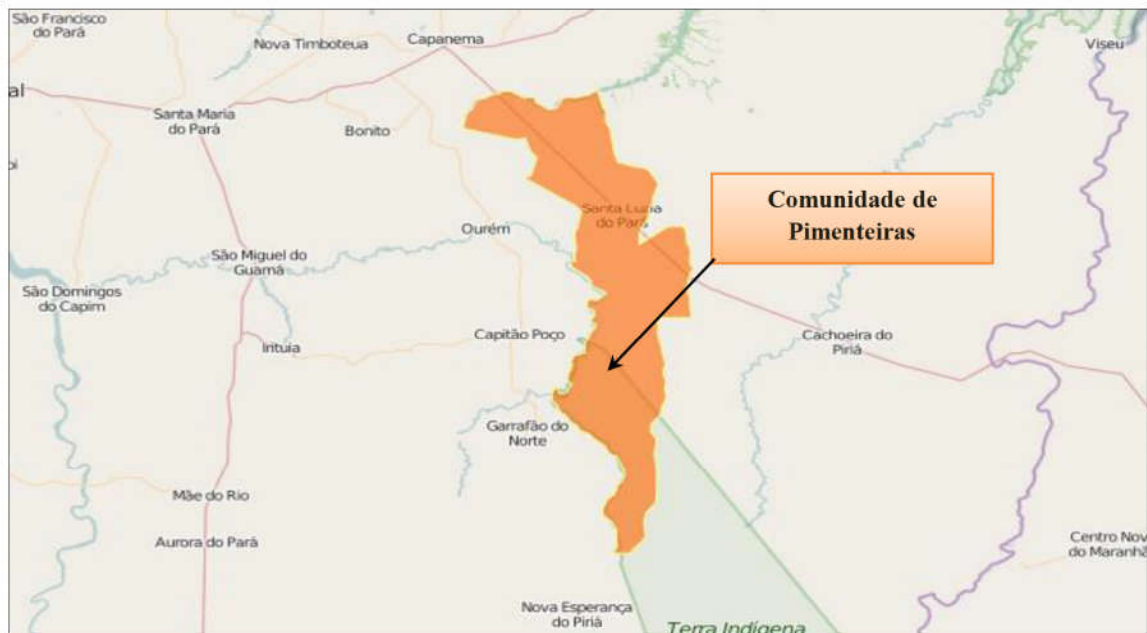
Lúcia. *Quilombolas. Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>>. Acesso em 15/02/2015 às 12:30h.

⁸ Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_pa.html>>. Pesquisado dia 01/05/2013, às 19:33h.

⁹ Pesquisa no site <<www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>> em 16/12/2014, às 16:33h.

¹⁰ Atualmente destaca-se a luta do MST – Movimento dos Sem Terra no Brasil – que constitui um dos maiores movimentos sociais do Brasil, com 15 anos de existência, nos 23 estados da Federação. Maiores informações, consultar o site: <http://www.mst.org.br>.

reconhecimento da titularidade da terra. Localizada na região rural da cidade de Santa Luzia do Pará¹¹, a comunidade de Pimenteiras fica situada em local de difícil acesso, fator que piora muito nos períodos de chuva, causando transtornos aos moradores que ficam impossibilitados ao acesso às necessidades humanas básicas. Segundo informações do IBGE¹², observemos abaixo a imagem da Região do Guamá onde fica localizada a cidade de Santa Luzia do Pará, em volta outras cidades vizinhas como Capanema, Ourém, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Cachoeira do Piriá e também Terras Indígenas.



Fonte: IBGE

Com relação à titularidade da terra como Quilombola, o processo continua em trâmite nos órgãos responsáveis, os moradores da comunidade de Pimenteiras vivem à espera da validação do processo de identificação e reconhecimento de suas origens, valorização de sua cultura e direito ao território quilombola. Segundo relatos dos moradores sobre os impasses no processo, um dos pontos seria a presença de pecuaristas e agricultores não remanescentes de quilombo vivendo na região e cultivando as terras, conforme os trâmites do processo de titularidade, tais agricultores devem receber indenização pelos espaços de terra que possuem e, dessa forma, os moradores terem o direito de quilombos garantido pelas terras. Observemos

¹¹ Santa Luzia do Pará é um município brasileiro do estado do Pará, localizado na microrregião do Guamá e na mesorregião do Nordeste Paraense.

¹²Disponível: <<

na tabela abaixo como se encontram as informações de forma resumida sobre o andamento do pedido de reconhecimento da terra na comunidade de Pimenteiras.

Tabela 1. Ficha de resumo do território

Nome da Terra	Pimenteira
Nome da(s) Comunidade(s)	Pimenteiras
Município	Santa Luzia do Pará
Unidade da Federação	Pará
População	24 famílias
Dimensão Territorial	-
Etapa do processo de titulação	Certidão Fundação Cultural Palmares
Superintendência Responsável	SR 01 Pará
Data da Última Atualização	05/08/2015

Fonte: <<http://www.cpisp.org.br/terras/asp/ficha_territorio.aspx?terra=i&TerraID=2501>>

Os moradores da comunidade de Pimenteiras sofrem com o atraso no processo de reconhecimento de seus direitos que são assegurados constitucionalmente, para eles a importância de reconhecer a terra significa reconhecer uma população remanescente quilombola que busca mais do que o direito à terra, busca o direito à vida no campo de um grupo étnico racial que por anos foi explorado e deixado à margem da vida em sociedade. Segundo os conceitos de Leite.

Nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, chamados negros, em todo o território nacional, organizados em associações quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade. (LEITE, 2000, p. 334).

Conhecer a cultura de um povo faz com que sejam reconhecidos e valorizados por suas particularidades, assim conheçamos os saberes, a cultura e as manifestações religiosas que fazem a comunidade de Pimenteiras peculiar para a história de um povo.

4. AS RAÍZES DE UM POVO

Nos encontros sucedidos na comunidade de Pimenteiras, alguns moradores não conheciam sua descendência negra e nem tampouco os significados que cercam o termo Quilombola, somente depois das histórias transmitidas de seus antepassados e de pesquisadores envolvidos no CEDENPA¹³, os moradores passaram a se reconhecer como remanescentes de quilombo com grande orgulho, porém alguns ainda adversos. Isto se deve ao fato de que a comunidade de Pimenteiras vive hoje com o estigma de seus ancestrais escravizados e sem entender seus reais valores culturais e históricos. Nesse âmbito, Leite (2000) levanta um questionamento significativo sobre o termo “quilombola”, ela explica que:

Desde os anos 30, algumas vozes militantes¹⁴ defendem fortemente a idéia de reparação, da abolição como “um processo inacabado” e da “dívida”, em dois planos: a herdada dos antigos senhores e a marca que ficou em forma de estigma, seus efeitos simbólicos, geradores de novas situações de exclusão. A exclusão como fato e como símbolo. Os militantes procuram ver o conceito de quilombo como um elemento aglutinador, capaz de expressar, de nortear aquelas pautas consideradas cruciais à mudança, de dar sustentação à afirmação da identidade negra ainda fragmentada pelo modelo de desenvolvimento do Brasil após a abolição da escravatura (LEITE, 2000, p. 339 a 340).

O contato com os moradores traz reflexões sobre os diversos questionamentos a respeito do entendimento e significação que as pessoas da região tinham sobre a palavra quilombola. Os adolescentes, com o conhecimento adquirido na escola, relataram que ser quilombola significava ser negro, mas alguns não se consideravam quilombolas porque a pele não era tão escura. Ao refletir sobre isto se percebe que o sentimento presente nos jovens é de exclusão; ser homem negro significa ser recusado, discriminado e resignado pelos colegas da escola, esse mesmo sentimento ocorre com o termo “quilombola” que traz para o contexto atual as marcas de uma época de escravidão e de maus tratos contra pessoas da pele escura,

¹³ O CEDENPA é uma Entidade sem fins lucrativos, sem vínculos político-partidários, fundada em 10 de agosto de 1980 e legalizada em 27 de abril de 1982, que, a partir do Estado do Pará, vem contribuindo no processo de superação do racismo, preconceito e discriminação, que produzem a desigualdades sócio-raciais, de gênero e outras, prejudicando, sobretudo, a população negra e indígena, em todos os aspectos da sociedade brasileira. Disponível em: <<<http://www.cedenpa.org.br/>>>. Acesso em 22/06/2015 às 9:55h.

¹⁴ Abdias do Nascimento, atual senador da República, reescreve suas teses na década de 80, defendidas desde os anos 30, quando inicia sua militância. O seu quilombismo reivindica uma memória anterior ao tráfico e à escravização dos africanos. Escreve: “o quilombismo busca no presente e no futuro e atua por um mundo melhor para os africanos nas Américas”. Resume suas teses do quilombismo em 16 itens. O primeiro deles define o quilombismo como um movimento político dos negros brasileiros visando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República de Palmares, no século XVI e em outros quilombos que existiram e ainda existem. Esclarece que não se trata de um modelo segregacionista, mas de um movimento que advoga o poder político realmente democrático, que implica a presença da maioria afro-brasileira em todos os níveis desse poder. Veja-se Nascimento 1991: 21-26. (Leite 2000, p. 339 a 340)

esse sentimento com relação ao nome Quilombola é para muitos doloroso. Nesse ponto Leite (2000) salienta que.

Enquanto uma expressão da identidade grupal, o significante “negro” vai somando em seu percurso tudo aquilo que advém de tal experiência, ou seja, elementos de inclusão (que mantêm o grupo unido em estratégias de solidariedade e reciprocidade), e também de segregação (ou seja: a desqualificação, a depreciação e a estereotipia). Os sentidos do termo e as experiências nele circunscritas revelam sua ambiguidade: por um lado, a marginalização; por outro, a força simbólica demonstrada no seu persistente poder aglutinador, vindo a configurar ou expressar uma identidade social, e a nortear inclusive políticas de grupos. (LEITE, 2000, p. 342).

De outro modo o conceito negativo sobre a etnia quilombola, perpassa também pelos moradores de Pimenteiras que possuem um vasto conhecimento sobre os espaços que ocupam na região, com sua rica cultura adquirida ao longo de várias gerações, os saberes sobre a natureza são de extrema importância para as diversas áreas da ciência, conferindo na forma pela qual pensam, classificam e utilizam seus recursos. No trajeto à comunidade, visualizam-se fazendas com gados, campos abertos, mata fechada com grandes serras que ladeiam a região. Ao chegar à comunidade a presença marcante é da natureza na sua biodiversidade e das terras utilizadas para o cultivo da mandioca, feijão, pimenta e murumuru¹⁵, a produção deste produto ocorre devido ao interesse da empresa Natura pela compra do fruto.

A comunidade de Pimenteiras possui uma relação não somente com os conhecimentos agrícolas e o cultivo de plantas, mas também com os recursos naturais ligados a estes, levando em consideração as informações sobre a natureza e os valores de sua cultura e tradição local. A comunidade é uma região de mata fechada – sua principal fonte de recursos naturais – a variedade de espécies vegetais é muito grande ocasionando uma afinidade dos moradores com a natureza de forma muito intensa e ancestral; é nesse encontro entre os moradores quilombolas e a natureza que muitos saberes culturais locais são desenvolvidos sem quaisquer recursos tecnológicos ou assistências. Esta é uma das características que marcam a comunidade; é uma atitude de autoidentificação e autodefinição da própria comunidade enquanto grupo social particular, que produz saberes sobre a natureza forjando de maneira inconsciente sua identidade cultural.

¹⁵ Originário da Região Amazônica. Ele cresce espontaneamente nas matas do Pará. É encontrado ao longo dos rios e em áreas inundadas, em formações florestais densas ou semiabertas. O fruto é um coco de coloração avermelhada. Seu caroço encerra uma amêndoa dura que fica envolta por uma polpa amarelada, comestível e levemente adocicada. O óleo extraído da semente de murumuru possui propriedades altamente emolientes.

Segundo os relatos orais da moradora Domingas¹⁶, as histórias contadas sobre a origem da comunidade de Pimenteiras vem dos relatos do pai o senhor Raimundo Cordeiro que queria fazer os preparativos de pais e padrinhos¹⁷ para o batizado de uma criança, como na comunidade não havia igreja ou qualquer representação religiosa que pudesse ajudar na preparação, o senhor Raimundo foi até outra comunidade chamada Fuzil para falar com o padre da região, devido à grande distância e às dificuldades durante o trajeto, o padre propôs que alguém da comunidade com certo grau de conhecimento pudesse fazer os ensinamentos aos moradores. No dia da celebração do batismo, o padre foi até a casa do senhor Raimundo batizar a criança e orientar os moradores a começar celebrações e construir um local para rezar. Deste modo, há cerca de 40 anos uma igreja foi construída no local e os moradores passaram a receber visitas do sacerdote mês a mês. A presença religiosa fez com que a comunidade de Pimenteiras fosse então visualizada e tivesse então sua origem.

Com relação ao nome “Pimenteira” o termo surgiu de histórias contadas por moradores que trilhavam os rios e matas da região da Narcisa e saíam em busca de caça e pesca formando os ranchos¹⁸ nas beiras do rio Guamá, nessas viagens levavam mantimento devido passarem muitos dias caçando, dentre os alimentos levados, a pimenta não podia faltar. Quando retornavam, jogavam as sementes da pimenta que traziam à beira do rio, ao retornarem ao local de pesca, tinham a referência do pé de pimenta que havia germinado, deste modo começaram a chamar o local de igarapé da pimenta¹⁹, que com o tempo passou a ser local de moradia para essas pessoas vindas da Narcisa. Surgiu assim o nome Pimenteira, comunidade em que os remanescente de quilombola hoje vivem.

A partir desse contexto sobre a história e origem da comunidade de Pimenteiras, conheceremos as particularidades que marcam a vida e a cultura dos moradores que, diante dessa relação com a natureza, vivem e reproduzem anualmente uma manifestação religiosa que hoje se caracteriza como o evento cultural.

¹⁶ A senhora e moradora Domingas é uma grande fonte de informações que contribuiu significativamente para a pesquisa na comunidade de Pimenteiras.

¹⁷ O encontro de preparação dos pais e padrinhos deve ser uma autêntica obra de evangelização, tendo por meta anunciar o Evangelho de Jesus Cristo para proporcionar o encontro pessoal com Cristo na Comunidade, esses preceitos são da igreja Católica, relatos do Pároco Elias de Santa Luzia do Pará.

¹⁸ Rancho era o termo popular usado para designar a toca que eles faziam na beira do rio.

¹⁹ A história sobre a origem do nome Pimenteira veio dos relatos informais da moradora Domingas, tais histórias não puderam ser transcritas a pedido da moradora.

5. A LADAINHA

Comemorada em 20 de novembro, “Dia da Consciência Negra²⁰”, os moradores de Pimenteiras iniciam um processo de valorização e rememoração de suas crenças religiosas. Segundo os relatos dos antigos, a celebração à Nossa Senhora do Livramento veio antes da existência da comunidade de Pimenteiras, nas histórias contadas pela moradora Domingas tudo começou com sua avó materna, a senhora Joana Pornusena dos Santos (*in memória*), que acompanhando o marido no roçado presenciou a experiência de muitos perigos, o avô de Domingas trabalhando na terra solicitou em oração para a Senhora do Livramento que protegesse ele e a família dos acidentes e da morte que aconteciam no roçado, como forma de agradecimento pela graça alcançada ao final dos trabalhos com a terra, o avô prometeu que celebraria uma cerimônia religiosa em homenagem à santa. Este gesto de agradecimento perpetuou entre as gerações e hoje a Ladainha prossegue conservada nas mãos da moradora Domingas.

Durante os festejos religiosos é oferecido almoço aos convidados, outro aspecto interessante é que anteriormente a ladainha era entoada em latim sem o uso de livros. Com o passar dos anos, ocorreram modificações como forma de aproximar os jovens da celebração, isto fez com que além da Ladainha, do almoço e da presença da imagem da Senhora do Livramento, acontecesse agora uma procissão pela comunidade, com o uso de fitas em volta da imagem, água benta com as plantas aromáticas e uma festança a noite para a juventude participar com maior desenvoltura. Como podemos observar na imagem seguinte a imagem repleta de fitas coloridas e levada em procissão pelos moradores da comunidade.

²⁰ O Dia da Consciência Negra é uma data celebrada no Brasil no dia 20 de Novembro. Este dia está incluído na semana da Consciência Negra e tem como objetivo uma reflexão sobre a introdução dos negros na sociedade brasileira. O dia 20 de Novembro foi escolhido como uma homenagem a Zumbi dos Palmares, data na qual morreu, lutando pela liberdade do seu povo no Brasil. Disponível em: <<<http://www.significados.com.br/dia-da-consciencia-negra/>>>.



Outra mudança importante ocorrida foi a substituição do canto em latim pelo livro de catecismo que contém a oração a Nossa Senhora do Livramento, isto se deve ao fato de que o canto em latim não foi transferido, perdendo-se no tempo esse jeito particular na ladainha.

O povo quilombola é um povo alegre, que gosta de música, dança e esporte, o canto está sempre presente em seu cotidiano e nas festas da comunidade. A cerimônia relata a vida, as lutas e a esperança de melhorias para os moradores. É através da religiosidade que evidenciam todo cuidado e respeito pela terra. Na Ladainha, a presença da fé católica vem misturada com a força dos tambores e das cordas dos violões. É nesse conjunto de movimentos que as histórias de luta de um povo são contadas sobre a terra, a produção agrícola e a identidade dos moradores que transcorrem no festejo.

A festa tradicional é resultado de influências negras, indígenas e católicas. A comunidade corteja a santa do Livramento e as riquezas obtidas durante o ano. A atividade religiosa marca a passagem de tempo, do cultivo da terra, significando a oportunidade de reunir pessoas de diversas comunidades, conjugando fé, alegria, política e reencontros entre

familiares e amigos, que enquanto comungam os festejos, os moradores discutem o futuro da comunidade. A festa popular é demorada e marcada por uma sucessiva e deliciosa comilança, divulgando a abundância e a fartura no ano que passou, a celebração é o momento em que evocam o poder dos mais velhos, legitimam as famílias, abrem espaço para os mais novos e transmitem experiências profundas.

A celebração à Nossa Senhora do Livramento tem grande significação para os moradores da comunidade, já que representa a fé, cultura e desejos renovados ano após ano, assim a imagem da Santa é levada em procissão pela comunidade, durante seu trajeto recebe fitas e flores como sinal de agradecimento pelas graças alcançadas, após a celebração a imagem é colocada no centro da comunidade onde é reverenciadas por cada morador ou visitante.



É um dos momentos mais esperados por todos, como forma de agradecimento e respeito à santa. Na Ladainha, a presença da fé católica vem misturada com a força dos tambores e das cordas dos violões. É nesse conjunto de movimentos que as histórias de luta de um povo são contadas, a festividade é o momento de grande encontro em que os habitantes contam suas histórias e encontram outros grupos remanescentes de quilombolas, é o momento em que a comunidade de Pimenteiras é valorizada pela cultura e pelos saberes tradicionais das plantas. Esta é outra significativa particularidade dos moradores de Pimenteiras, o

conhecimento adquirido entre as gerações sobre o manejo e utilidade das plantas de uso medicinal.

É perante tamanha riqueza de conhecimento e cultura religiosa que conhecemos outra característica de suma importância da preservação dos saberes na comunidade, os trabalhos com o bioenergético contribuíram para os registros dos saberes sobre as plantas de uso medicinal que marcaram profundamente a vida dos moradores de Pimenteiras e se tornaram uma identidade para a comunidade e seus moradores.

6. COMO TUDO COMEÇOU: O TRABALHO COM O BIOENERGÉTICO

Buscar a natureza para sanar as enfermidades é um procedimento antigo que até os dias atuais persiste notadamente em comunidade e grupos étnicos, assim é comum vermos pessoas fazendo uso de plantas medicinais tanto em rituais religiosos como no tratamento de doenças, por vezes é o único recurso terapêutico usado. Observando a cultura popular quanto à eficácia das plantas medicinais percebemos que há uma divulgação dos valores terapêuticos das plantas mesmo não tendo informações das propriedades químicas, assim pessoas de todo o mundo mantêm a prática do consumo fitoterápico validando as informações terapêuticas que foram acumuladas entre os séculos sobre as plantas medicinais. Para Pinheiro (2002),

a grande procura pelas Terapias Alternativas é resultado de vários aspectos. O que chama mais a atenção é que grande parte das pessoas já passou pelo tratamento da medicina tradicional e não tiveram os resultados que esperavam. Mas quando se fala em Terapia Alternativa no Brasil, é preciso esclarecer que se trata, na maioria dos casos, de práticas proibidas pelo Conselho Federal de Medicina. Apenas a homeopatia e a acupuntura são reconhecidas como especialidades médicas. Mas, alguns ramos das Terapias Alternativas cobrem áreas que a medicina convencional despreza e que, em muitos casos, podem ser uma única e útil complementação ao tratamento convencional (PINHEIRO, 2002, p. 16 a 17).

O método da Bioenergética vem do processo de desintoxicação do corpo pelo Biosáude, é um procedimento realizado através do bioteste ou o teste do anel, que revela problemas de saúde presentes no paciente, o teste possibilita que a pessoa qualificada tenha uma visão específica de todos os pontos a serem cuidados. O tratamento é feito por base de plantas medicinais, argila, alimentação saudável e banhos, o Biosáude ou método do Bioenergético trata o corpo por completo²¹.

²¹ Durante a consulta, o paciente é submetido ao teste bioenergético onde um profissional da equipe faz um elo usando os dedos polegar e indicador, enquanto outro da equipe também faz um anel em cada uma de suas mãos, entrelaçando os dedos do outro. Com um arame ou metal que conduza corrente, um deles vai tocando os pontos de checagem, a mão reagirá de forma diferente em cada novo toque. Quando tocar um órgão sadio, o imã será

Conhecendo os benefícios que o bioenergético pode trazer, os moradores quilombolas foram orientados e criaram um projeto que pudesse realizar esse trabalho na comunidade, pois alguns moradores já possuíam conhecimento sobre o uso das plantas medicinais. Muitas plantas nativas e caseiras foram cultivadas e catalogadas nesse período, as pessoas que foram preparadas por meio do curso de bioenergético ficaram estudando pelo CEDENPA. Estas pessoas adquiriram diversos conhecimentos, dentre os quais de saber qual doença havia no corpo de alguém.

Contudo, com o passar dos trabalhos, ocorreram desarmonias e as pessoas à frente das atividades foram perdendo o empenho e, por fim, não continuaram com os trabalhos e aos poucos pararam de executar o bioenergético na comunidade. Hoje, muitos moradores sentem falta e têm necessidade de serem cuidados pelo uso das plantas.

O local foi equipado com geladeira, armário, fogão, mesas e, especialmente, um catálogo com as amostras e os nomes das plantas colhidas pelos moradores da comunidade para a prática do trabalho com o bioenergético. O catálogo com amostras das plantas nativas e caseiras da comunidade de Pimenteiras é um acervo rico de informações relacionadas com a biodiversidade da região, os nomes estão escritos de acordo com o saber que os moradores possuem o que traz maior qualidade nos estudos sobre os termos das plantas. Observemos algumas plantas como a canela e a vinagreira dissecadas de forma tradicional e arquivadas no catálogo.



Observamos que o trabalho com o bioenergético proporcionou grande riqueza de dados, estas informações traduzem a riqueza e a identidade de um povo que busca alcançar seus direitos pela terra e, conseqüentemente, pela preservação dos saberes que a comunidade possui. Pimenteiras é uma comunidade com características fortes a serem consideradas como grande patrimônio social e cultural, entretanto, muitos, ainda não compreendem tal importância. É preciso que os moradores reconheçam e sejam instruídos para a preservação de sua cultura, saber popular e identidade a fim de que as futuras gerações possam vivenciar tais manifestações do povo remanescente de quilombola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer e vivenciar a cultura de um povo é de suma importância para que os mesmos sejam reconhecidos e valorizados por suas particularidades, assim se concretizou a pesquisa sobre a história, cultura, lutas e saberes na comunidade de Pimenteiras. Um povo de cultura forte que batalha pelo direito à terra, que vive nas manifestações religiosas a cerimônia do fortalecimento das gerações futuras, e que agradece pelas preces dos anciãos que vislumbravam frutos de conhecimentos e saberes pela natureza e pela terra.

Saberes que perpetuam as gerações e as relações entre os sujeitos, saberes que marcam no sangue negro a força de uma cultura que deve ser preservada e respeitada como identidade social. Assim, se faz necessário valorizar esse conhecimento que está intimamente ligado ao fortalecimento cultural e identitário da comunidade quilombola.

Segundo Gallois (2006), o saber tradicional é um conhecimento que deve ser respeitado, pois é transmitido oralmente entre as gerações com práticas e inovações e não como um simples repositório de conhecimentos do passado. A prática de uso das plantas medicinais tanto para cura física quanto para espiritual faz parte das relações que os moradores da comunidade de Pimenteiras apreenderam ao longo do tempo na observação da natureza, consigo mesmo e com o mundo que os cerca. Os saberes e práticas de cuidado com a saúde atrelada ao uso das plantas medicinais, dizem respeito à estreita relação existente entre aspectos socioculturais e ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B., **Terras de Quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente**

ocupadas. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Manaus: PPGSCA-UFAM; Fundação Ford, 1998. (Coleção Tradição & Ordenamento Jurídico, 2), p.101-132.

BARBIERI, M. P. **O Bioenergético e as Plantas Medicinais**, 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110916182109.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2014. 133

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 18 out. 2014.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A.C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção nos trópicos**. São Paulo: Annablume, 2000. p. 165-182.

CHAMBOULEYRON, Rafael. UFPA. **Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)**. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v.26, n.52, p.79-114, dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200005>. Acesso em: 28 abr. 2015

COELHO, Lidiane Pereira; MESQUITA, Diana Pereira Coelho de. **Língua, cultura e identidade**. ENTRELETRAS, Araguaína, TO, v.4, n.1, p.24-34, jan./jul. 2013

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GALLOIS, Dominique Tilkin (org.). **Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas**. São Paulo: Iepé, 2006.

HOEFFEL J. L. de M. et al. **Identidade, saber popular e riscos ambientais : conhecimento e uso de plantas medicinais nas Apa's do sistema cantareira (SP) e Fernão Dias (MG)**, 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista Etnográfica**. Revista Virtual do CEAS (Centro de Estudos de Antropologia Social) Portugal, Vol. IV, nº 2, p.333-354, 2000. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

_____. **Território de Negro em área rural e urbana: algumas questões**. Textos e Debates. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, ano I, nº 2, 1991. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFSC, Florianópolis, 1990. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%202.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

_____. Comunidade de Casca: territorialidade, direitos sucessórios e de cidadania. **Lauda Antropológico**, [S.l.], NUER/UFSC, dez. 2000.

_____. **Negros no Sul do Brasil:** invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará:** sob o regime da escravidão. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 1988.

SILVA, Joseane Maia Santos. **Comunidades quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias.** Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/artigo-cqlutassu.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2015.